

**TRADIÇÃO, MODERNIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO: NOTAS SOBRE A
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL JAPONESA.**

Rafael João Pereira dos Santos
Graduando do Curso de Economia do CAA/UFPE
rafael_joao16@hotmail.com
Roberto Donato Teixeira
Graduando do Curso de Economia do CAA/UFPE
rdonato@gmail.com
Glaudionor Gomes Barbosa
Professor de História Econômica do CAA/UFPE
glaudionorbarbosa@gmail.com

Resumo

O artigo tem suporte teórico na obra de Eric Hobsbawm, particularmente a sua tese de que o ano de 1780 deve ser o marco do processo de industrialização da Inglaterra, que foi denominado pelo historiador de a maior revolução da história no mundo. A Revolução Industrial foi uma profunda mudança política, social, econômica, cultural e tecnológica na sociedade inglesa, e a partir dessa transformação profunda dar-se início a uma nova relação entre o capital e o trabalho dentro de um novo modo de produção, então denominado de capitalismo. O objeto da pesquisa é entender a transição retardatária do Japão de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial. Parte-se do suposto de que o processo de industrialização do Japão foi um dos mais eficientes da história da industrialização mundial. O objetivo central do trabalho foi de analisar como um país de feudalismo asiático conseguiu vencer seus entraves sociais, políticos e econômicos atingindo em poucos anos um nível de industrialização sem precedentes, ou seja, apesar de seu atraso milenar, com relação às potências europeias, o Japão conseguiu, entre os anos de 1870 e 1950, passar do sistema feudal de produção para ser uma das grandes potências capitalistas do mundo, demonstrando toda a eficiência da sua modernização. A análise se restringe aos anos de 1868-1914, pois é nesse período que ocorre a gênese e a consolidação do processo industrial daquele país. Além disso, ressalta a importância do estado, sua eficiência e comprometimento com o objetivo inicialmente traçado, a modernização, e quais medidas foram necessárias para que esse processo se tornasse possível.

Palavras-chave: Xogunato. Restauração Meiji. Revolução Industrial. Estado. Japão.

1. Introdução

O objetivo do trabalho é investigar a experiência da modernização (Revolução Industrial Retardatória) japonesa, procurando entender suas especificidades e a forma como aquela transformação se plasmou. Utiliza-se a abordagem de Hobsbawm (1979) para diferenciar o caso inglês dos casos posteriores. Quanto à organização, o artigo é composto de seis seções, incluindo essa introdução. A seção dois discute a relação entre Industrialização Pioneira e Retardatória; na seção três é discutido o feudalismo japonês; na seção quatro se discute a Restauração Meiji e suas conseqüências para a sociedade japonesa; a seção cinco completa a anterior discutindo o desenvolvimento econômico do Japão; a seção seis é a conclusão.

2. Industrialização Pioneira versus Retardatória

Segundo Hobsbawm (1979) das industrializações ocorridas a partir do século XVII, todas mantêm especificidades que precisam ser consideradas em qualquer análise histórico-econômica que mereça crédito. A história da Revolução Industrial inglesa é singular, por se tratar do primeiro país no mundo a reunir condições de ultrapassagem do feudalismo para o capitalismo. É fato que a Inglaterra, enquanto “Fábrica Mundial” monopolizou a exportação de manufaturados e direta ou indiretamente as exportações coloniais. Ou como argumenta acertadamente Hobsbawm:

Sendo pioneira do capitalismo industrial, a Grã-Bretanha transformou-se no país do exemplo clássico. Em nenhum outro país o problema do surgimento da Revolução Industrial sob condições capitalistas é percebido tão claramente, porque a industrialização da Grã-Bretanha, devido ao próprio fato de ser a primeira na história, não podia beneficiar-se com a existência de um setor já industrializado na economia mundial que muda as condições do desenvolvimento para os demais... Mas este ‘classicismo’ transforma

o caso da Grã-Bretanha num caso atípico. Outros países, nos quais a Revolução Industrial não foi de maneira tão clara, o ponto culminante de vários séculos de evolução prévia, se defrontaram com problemas como a disponibilidade de capitais, ou a formação de uma classe operária qualificada, que não incomodaram com demasiada intensidade a Grã-Bretanha. A banca e o estado britânico, por exemplo, não foram forçados a financiar a indústria e as ferrovias internas, respectivamente, como aconteceu em outros países. (HOBSBAWM, 1979, p. 102).

Assim, parece evidente que se a Revolução Industrial inglesa tinha um mundo todo a explorar de oportunidades e vantagens, próprio dos pioneiros, não podia contar, entretanto, nem com alguma experiência anterior, nem com um setor industrial mundial já operante. Quanto ao papel do Estado e das finanças, se é verdade que o caso Britânico é atípico, não é certo afirmar pelo total distanciamento do órgão de coordenação política das classes capitalistas.

3. Período feudal japonês: Xogunato – ascensão, crise e derrocada.

De acordo com Cury (2006, pp.137-140) a análise do processo industrial japonês inicia-se a partir do estudo do período que antecede essa era de modernização, período chamado Xogunato. Denomina-se xogunato por ser um regime controlado pelo Xogum, chefe político do estado. Vários Clãs de líderes xoguns ocorrem antes do início do processo de modernização japonês, porém nós analisaremos o que antecede imediatamente essa modernização, o xogunato do Clã Tokugawa.

Esse período da era Tokugawa, pode ser denominado como o período feudal japonês. Foi marcada por um forte isolamento com o exterior, ao menos nos primeiros séculos de existência (XVII e XVIII) que proporcionou certa tranquilidade e garantindo a autonomia do Japão. Composta por quatro classes distintas: daimios, senhores feudais; samurais, militares que serviam aos daimios; camponeses, à serviço nas terras dos senhores feudais; além de comerciantes de pequeno e grande porte. Nesse período a plantação de arroz e a produção de seda eram os principais produtos da economia japonesa.

Segundo Lima Sobrinho (1973, p. 8) citando Sanson, desde 1640 não existiu no Japão nenhum estrangeiro, com exceção de alguns chineses autorizados a permanecer e de alguns holandeses confinados numa minúscula concessão em Nagasaki.

O isolamento do Japão visou durante mais de dois séculos exatamente preservar o país contra as nações dominadoras do Ocidente. A experiência da China calou fundo no espírito dos governantes japoneses. No século XIX a Nação vizinha já havia caído nas garras do Imperialismo, em uma situação de protetorado e de semi-ocupação. As forças que haviam subjogado a China estavam cercado gradual e firmemente o Japão.

A partir do século XIX, o advento industrial das potências ocidentais fez com que estas buscassem novos mercados a fim de escoar a produção e ter novos mercados e matérias primas a explorar, estamos no início da corrida imperialista. O Japão por ter uma posição estratégica na Ásia passou a ser cobiçado pelas grandes potências ocidentais. A grande pressão destas potências a abertura dos portos do Japão ao comércio internacional chegou ao limite no ano de 1853. Nesse ano quatro navios de guerra americanos, comandados pelo almirante Matthew Calbraith Perry, aportaram no golfo de Uruga e apontaram seus canhões em direção as terras japonesas, Perry entregou uma carta do presidente dos Estados Unidos com o objetivo de que estes países assinassem um tratado de comércio. O governo japonês ficou alarmado, mas conseguiu adiar a resposta por mais um ano.

Em 1854 Perry aporta no golfo de Edo (atual Tóquio) para cobrar uma resposta japonesa. O xogunato desgastado e enfraquecido ao longo dos anos suplantou as pressões americanas assinando o Tratado de Kanagawa em 31 de março de 1854, permitindo aos americanos a abertura dos portos de Hakodate e Shimoda, além de um consulado em terras japonesas. O êxito dessas negociações deu início a uma série de tratados internacionais assinados posteriormente com a Rússia, Inglaterra e Holanda. Essa influência estrangeira cada vez mais presente tornava o Japão vulnerável à ação imperialista.

A inabilidade do xogum em negociar tratados vantajosos para o Japão, aliado a um desprestígio perante muitos daimios, além de uma grave crise política e econômica no sistema feudal japonês, culminou com a queda do xogunato. A queda do xogum foi resultado da ameaça externa a autonomia do Japão, que parece ter sido o fator determinante para que a figura do Imperador, que durante toda era Tokugawa estava remetida a um segundo plano, reaparecesse como elemento de superação dos conflitos. Como argumenta Cury:

O xogunato, assolado por uma grave crise financeira e incapaz de fazer valer a sua autoridade sobre alguns daimios, demonstrava ainda uma habilidade cada vez menor para liderar as negociações com os ocidentais, em bases consideradas vantajosas para o Japão. (CURY, 2009, p. 138).

Na verdade, é possível identificar uma combinação de fatores que vai desde a ameaça externa até o renascimento da glorificação ao Imperador, passando pelo desgaste da liderança política do xogunato.

4. Restauração Meiji

Depois de quinze anos da chegada do almirante Perry e sua exigência para a abertura dos portos o xogunato, de quase 250 anos, chega ao fim com a Restauração Meiji. O Imperador Meiji assume o trono aos dezesseis anos de idade como o 122º Imperador depois de setecentos anos de feudalismo. O projeto da era Meiji buscava instituir um estado moderno, que garantisse a soberania nacional, principalmente mediante um forte e moderno poderio militar.

A partir de 1868, os novos governantes do Japão, saídos em grande número do grupo dos “samurais” em desfavor durante o antigo regime, enfrentaram dois importantes problemas. Um deles foi o de conseguir um moderno Estado centralizado. O outro foi o de criar uma economia industrial moderna. Ambas as coisas eram necessárias para que o Japão sobrevivesse como estado independente. No seu conjunto, esses problemas equivaliam a dismantelar uma ordem feudal e a montar uma nova sociedade moderna em seu lugar. (MOORE JR., 1975, p. 291).

Uma das primeiras medidas do novo governo foi buscar a centralização do poder através da extinção dos feudos, onde os 261 existentes transformaram-se em 72 províncias além de três províncias metropolitanas, essas 75 províncias passaram a ter seus governadores eram enviados pelo poder central. Consolidou-se dessa forma uma nação com poder centralizado na figura do imperador.

Na maioria das interpretações a industrialização e o posterior desenvolvimento econômico japonês surge como instrumento de emancipação e modernização nacionais, como forma de enfrentar em condições de igualdade ao Ocidente. Como argumenta Carvalho:

Transformar o Japão num país forte e rico, capaz de ombrear com as potências mais destacadas do Ocidente, nisto consistiu o desiderato único da nação japonesa desde a Revolução Meiji, ou seja, de 1868 até o presente. As sucessivas reestruturações da economia têm sido o instrumento ideal para a consecução desta meta. As estratégias econômicas adotadas admitem como condicionante política máxima a manutenção da soberania nacional, num contexto internacional cambiante, altamente competitivo e militarmente instável. (CARVALHO, 1996, p. 38).

É preciso entender que a superação do período Tokugawa teve início em 1853 com a intervenção norte-americana e a abertura dos portos japoneses aos países ocidentais. Aquele fato histórico potencializou o permanente problema da vulnerabilidade geopolítica. A fragilidade dos Tokugawa permitiu a ascensão Meiji que com diversas mudanças possui uma linha de continuidade até os dias de hoje.

Para o governo Meiji a forma de enfrentar o Ocidente era aproveitar seus avanços, tomando como modelos os exemplos europeu e norte-americano, mantendo, entretanto, suas tradições seculares. Foi esta combinação complexa e singular que permitiu o avanço do Japão. O eixo das reformas foi a educação universal para onde convergiam outros elementos do conhecimento como tecnologia em geral e engenharia militar.

Contudo, seria ilusório acreditar que o Japão se transformaria numa potência econômica e militar capitalista apenas tomando emprestado o modelo socioeconômico Ocidental, na verdade o Japão rapidamente aprendeu a usar suas modernas forças armadas em vitoriosas ações imperialistas. Assim, caem nas mãos japonesas, a Coreia, Taiwan e partes do imenso império chinês. Um dado importante para entender o desenvolvimento futuro do Japão é que o apetite Imperialista japonês coloca aquela nação em rota de colisão com as potências ocidentais. É assim que o país chega a Segunda Guerra Mundial no lado do “Eixo”, junto com os fascismos alemão e italiano.

O exemplo japonês é importante porque prova que nenhuma industrialização ocorre por geração espontânea, no caso em particular:

As nações que aspiram ao desenvolvimento precisam estabelecer planos e metas governamentais e sociais de longuíssimo prazo, devem investir contínua e maciçamente na elevação da qualidade dos seus recursos humanos, contar só consigo mesmas, e aproveitar avidamente as chances que o acaso colocar ao seu alcance. O Japão reintegrou-se à economia mundial em um ambiente internacional mercantilista e suas estratégias refletem ainda aspectos do mercantilismo, cujo ideal era justamente o de fortalecer o país através de um amplo esforço comercial e industrial, amparado pelos governos. O governo sempre esteve presente no esforço desenvolvimentista japonês. (CARVALHO, 1996, p. 43)..

Desse modo, a experiência industrializante japonesa é mais uma a desacreditar o credo liberal do capitalismo de “geração espontânea”, surgido através da natureza psíquica fundamental do ser humano de trocar e permutar. O Estado japonês, assim como o Estado alemão e tantos outros fabricaram o capitalismo em estreita aliança com o setor privado. As contestações internas foram resolvidas pelo poder de polícia do Estado e os problemas externos, quando não equacionados e resolvidos por alianças interimperialistas, foram, também, tratados com “*manu militari*”.

Para se compreender o desenvolvimento da economia japonesa numa duração mais longa utiliza-se de uma série histórica não-uniforme de 120 anos entre cinco países, a saber: EUA, Alemanha, Reino Unido, França e Japão. Este último país começou em 1870 com a menor participação no PIB mundial, istoé, 3% e terminou a série em 1991 como o segundo de maior participação com 16%, como mostrado na tabela 1, acima.

TABELA 1
Participação no PIB mundial (%)
Países selecionados e “Resto do Mundo”
1870 - 1991

País	1870	1913	1950	1973	1987	1991
EUA	13	31	41	32	29	26
Alemanha	5	7	5	6	5	9
Reino Unido	12	11	8	5	4	4
França	9	8	6	6	5	5
Japão	3	4	4	11	12	16
Outros	58	39	36	40	45	40
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: SATO, 1996, P. 76.

5. Desenvolvimento Econômico: Indústria, Educação e Capital Industrial.

O governo japonês percebe que para transformar sua nação em um país verdadeiramente moderno precisa garantir sua soberania nacional. Esse fato leva o estado a implantar as primeiras indústrias, onde os ramos industriais, de produção armamentista e naval, tinham um caráter estratégico à organização política e tornaram-se prioridade no processo de gênese industrial japonesa. A partir daí o governo passa a ser o principal investidor do processo industrial, já que o setor privado, mesmo as famílias de comerciantes mais abastadas, não tinha a magnitude de capital exigida pela industrialização.

No momento da restauração o estado Meiji herda do xogunato algumas atividades industriais previamente iniciadas nos setores de mineração, produção de armas e navegação que o novo governo deu continuidade, investindo ainda mais e abrindo novas fábricas em diversos ramos industriais. A partir da década de 1870 a indústria bélica japonesa, passa a ter um desenvolvimento vertiginoso, graças a prioridade dada pelo governo a esse setor. Seu desenvolvimento acarretou o desenvolvimento de setores paralelos.

Durante o início do processo industrial japonês o governo assumiu o papel de acelerador do desenvolvimento. Fato que diverge de outras nações do mesmo período, onde seus estados tinham um caráter muito mais permissivo ou organizador do processo industrial do que verdadeiramente promotor desse desenvolvimento, como é o caso japonês.

O governo do Japão conseguiu financiar esse processo através do desvio dos recursos provenientes da agricultura, atividade mais lucrativa do país. Alguns fatores como a transformação da terra em propriedade privada moderna, com a abolição de qualquer característica feudal remanescente, contribuiu bastante para a elevação da produtividade agrícola. A genialidade do governo fica evidente quando se percebe a eficiência dessa transposição dos recursos, da agricultura à industrialização, necessárias à modernização.

Durante a década de 1870, manter o nível de investimento adequado, fez com que o governo japonês contraísse déficits nas contas públicas. Para sanar esse problema o governo iniciou o processo de privatização dessas empresas, transferindo a responsabilidade ao setor privado. Essa transferência, o governo japonês conseguiu consolidar através de incentivos ao setor privado, vendendo as empresas a preços quase irrisórios, tanto a título de atrair

investidores como recompensar os investidores que arriscaram seus capitais nesse novo tipo de investimento.

Essas empresas foram compradas pelas famílias mais abastadas do Japão, que se transformaram nas principais instituições privadas da época formando grandes conglomerados que atuavam em ramos diversos da economia e eram denominados Zaibatsu. Apesar da sua importância, os zaibatus não englobavam a totalidade das empresas. Além disso, tinham um padrão de crescimento marcado pela ausência de verticalização, realizando a abertura de novos negócios sempre que necessário.

Mesmo depois da privatização o governo japonês manteve um controle, mesmo que indireto, sobre os setores estratégicos como o de produção bélica e naval. Além dessas medidas o governo iniciou uma política de desencorajamento dos novos investimentos estrangeiros além da nacionalização de grande parte dos existentes. A política governamental de desestímulo aos investimentos estrangeiros afastou os competidores internacionais e propiciou a formação de grupos nacionais poderosos.

Apesar das medidas diretas na economia, tomadas pelo governo visando o desenvolvimento, a chave do sucesso desse rápido processo de industrialização foi a ênfase dada pelo governo à educação. O sistema educacional japonês esteve disponível para todas as classes da população, não de forma igualitária, a educação básica estava disponível a toda população, a educação secundária, que visava o treinamento à atividade industrial, de produção mais especificamente, estava disponível a todos menos a elite, que podia ter acesso a educação superior, ao contrário das outras classes. Essa preocupação do governo em qualificar sua população existia com o intuito de formar especialistas e reduzir os custos, já que toda mão de obra especializada vinha de outros países e sua contratação se tornava muito dispendiosa. Além disso, teve o papel fundamental de legitimar o governo e o regime político, incutindo nos jovens um sentimento nacionalista, e o desejo de trabalhar em prol do desenvolvimento da nação. A educação foi fundamental ao desenvolvimento do Japão não só por fazer com que a população assimilasse mais facilmente as novas técnicas, como também qualificar os profissionais nas funções administrativas e gerenciais.

No início do século XX o Japão já tinha consolidado o modo de produção industrial como principal atividade econômica. Porém a partir da primeira guerra mundial, onde o Japão obteve lucros grandiosos, é que se consolida mundialmente como potência,

apesar de ainda de segundo escalão. Depois da primeira guerra o Japão passa a ter uma visão imperialista, e passa de oprimido no período de transição da era Tokugawa para a era Meiji a opressor, apenas cinquenta anos depois. Esse fato estimulou o aumento da produção armamentista e jogou o Japão em uma aventura militarista frustrada pelo sudeste asiático.

6. Conclusão

O processo industrial japonês foi marcado pela forte atuação do estado, tanto como precursor de forma direta na instalação e manutenção das fábricas, como através de medidas que tornaram possível o engrandecimento de sua indústria nacional. Dentre essas medidas destaca-se o sistema educacional que consegue livrar o Japão da dependência da mão-de-obra estrangeira, tornando o país praticamente auto-sustentável, no tocante a base necessária ao desenvolvimento.

Referências bibliográficas

BEASLEY, W. G. *Japanese Imperialism (1894-1945)*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

CARVALHO, Darcy. Estratégias econômicas e condicionantes geopolíticos do desenvolvimento japonês. In: MYAZAKI, Nobue. *A cultura japonesa pré-industrial: aspectos socioeconômicos*. São Paulo: EDUSP, 1996.

CURY, Vânia Maria. *História da Industrialização no Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: FORENSE, 1969.

HOBBSBAWM, Eric. *As origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global, 1979.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Japão: o capital se faz em casa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

MYAZAKI, Nobue. *A cultura japonesa pré-industrial: aspectos socioeconômicos*. São Paulo: EDUSP, 1996.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

SATO, Cláudio. Pequenas empresas e eficiência econômica: uma breve discussão sobre o caso Japonês. In: MYAZAKI, Nobue. *A cultura japonesa pré-industrial: aspectos socioeconômicos*. São Paulo: EDUSP. 1996.

VOGEL, Ezra F. *O Japão como primeira potência*. Brasília: Editora UNB, 1982 (Coleção Sociedade Moderna).